

# Mais dinheiro para médicos

*GDF deve enviar projeto de lei à Câmara concedendo adicional de produtividade para quem trabalha em postos de saúde*

Rovênia Amorim  
Da equipe do **Correio**

A professora auxiliar não tem dúvida: é mais rápido pegar ônibus e chegar à emergência da pediatria do Hospital Materno-Infantil de Brasília (Hmib), na 608 Sul, do que atravessar a pista e conseguir falar com o médico no posto de saúde nº 3 de Taguatinga. "Está sempre lotado. Se você quiser fazer uma consulta, é melhor marcar antes de ficar doente", reclama Juciara Costa, 25 anos, moradora da QNL 4 de Taguatinga.

No começo da tarde de ontem, ela estava à porta do pronto-socorro do Hmib. A consulta era para a filha Raynara, de 2 anos, que estava com febre e diarreia. Nada de grave e que uma consulta médica no posto de saúde perto de casa não resolvesse. "O problema é que quando vou lá, não tem médico ou ele já está de saída", indigna-se Juciara. A consequência de tudo isso é a superlotação nos pronto-socorros dos hospitais públicos de casos que não são de emergência.

É essa migração desnecessária de pacientes que a Secretaria de Saúde quer pôr fim. A solução seria o aumento do salário de médicos e dos demais funcionários dos postos de saúde do Distrito Federal. Um estímulo para que ficassem mais tempo no local de trabalho. Ainda esta semana, o governador Joaquim Roriz deve enviar à Câmara Legislativa projeto de lei, concedendo aumento de salário, por produtividade, a servidores públicos que trabalham em postos de saúde da periferia.

O percentual de reajuste não foi definido e será discutido com o Sindicato dos Médicos. "Não haverá teto. O salário do médico poderá até dobrar", afirma o secretário Jofran Frejat. Hoje, o piso salarial dos médicos no Distrito Federal é de R\$ 1.300 por quatro horas de trabalho. O projeto de lei prevê acréscimo salarial para o médico toda vez que

ele fizer hora extra e atender a mais de 16 pacientes em uma jornada de quatro horas, como recomenda a Organização Mundial de Saúde (OMS).

"Na verdade, hoje eles já trabalham muito mais do que deviam", diz o ginecologista Arnaldo Bernardino, presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal. Entusiasmado com a idéia, ele só quer que o benefício seja levado logo aos servidores dos hospitais públicos. "Eles trabalham até mais que os médicos dos postos de saúde. Sei de médico que atende 70 pacientes numa jornada de seis horas."

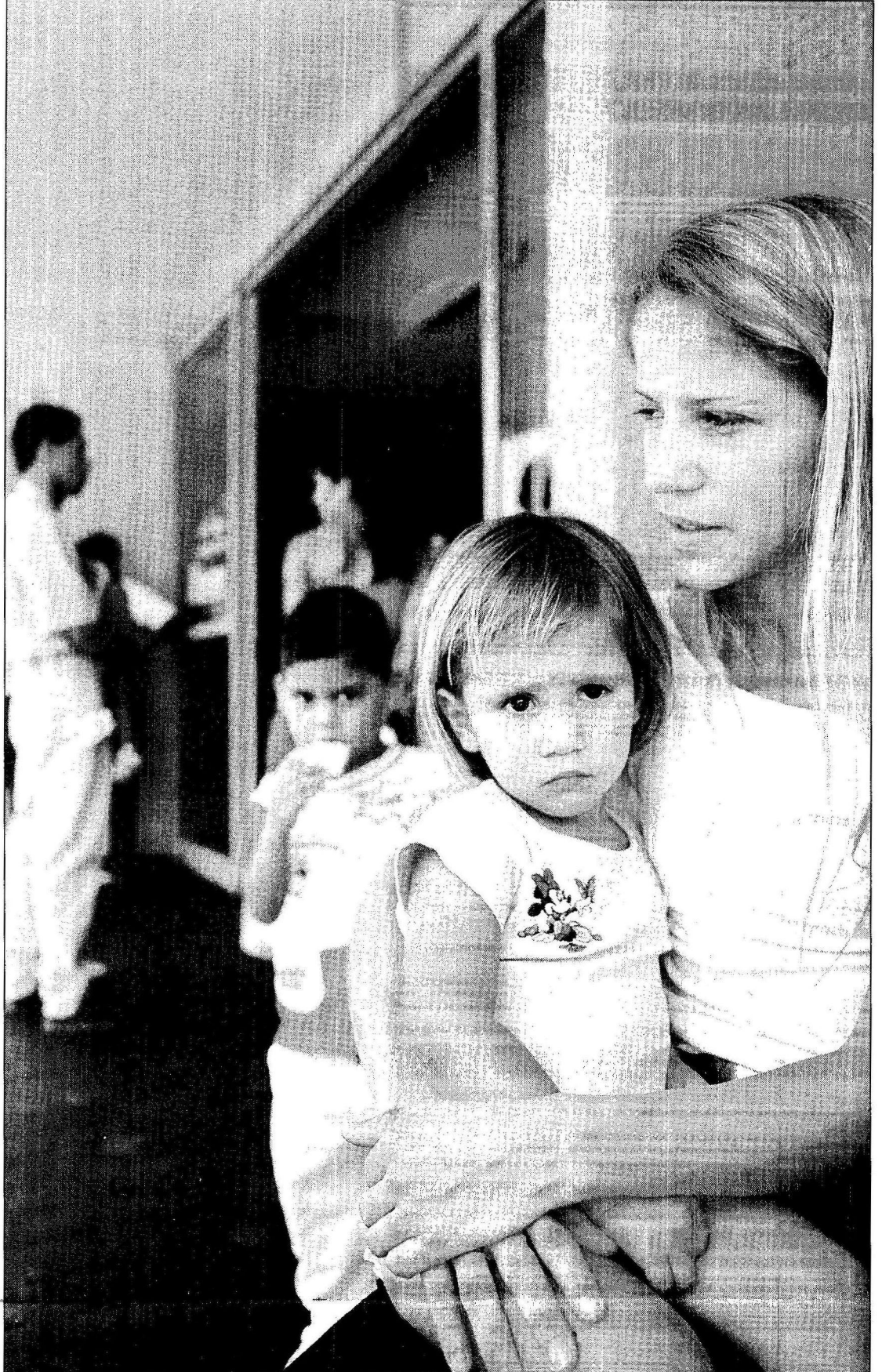
## CORRE-CORRE

Mas é esse corre-corre nas emergências dos hospitais que a Secretaria de Saúde quer reduzir. Jofran Frejat acredita que aumentando o número de consultas nos postos de saúde, cada vez menos pacientes vão procurar os pronto-socorros para tratar doenças sem gravidade, como gripes, diarreias e dor de garganta com febre. Como o salário é baixo, os médicos lutam para conseguir transferência para os hospitais públicos.

"Numa noite de plantão no hospital, ele trabalha 12 horas, mais da metade da carga horária de 20 horas semanais", explica Frejat. Assim, sobra mais tempo para arranjar outro emprego e aumentar a renda. A distância dos postos de saúde do local de moradia dos médicos é outra razão que colabora para a falta de médicos nos centros de saúde. "O gasto com gasolina acaba não compensando e o médico pede demissão."

Por isso, a estratégia da Secretaria de Saúde é começar o reajuste pelos postos de saúde da periferia (Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas), onde a escassez de médicos é maior, até chegar aos profissionais da saúde lotados nos centros do Plano Piloto e em hospitais públicos. "Se o aumento compensar, posso largar até o emprego que tenho em

Ricardo Borba



Juciara: deslocamento de Taguatinga para tentar conseguir atendimento para a filha no Hmib, na 608 Sul

uma clínica particular e ficar mais tempo no posto", diz Paulo Farias, 42, médico há oito anos no Centro de Saúde 2, na Vila Buriti, em Planaltina.

Cerca de 1.500 médicos e servidores de saúde devem ser in-

cluídos no primeiro aumento salarial por produtividade. O dinheiro virá do Sistema Único de Saúde (SUS), repassado para a Secretaria de Saúde para cobrir honorários médicos, compra de medicamentos e manutenção.

"Até hoje não usamos esse dinheiro para pagar os servidores, porque o dinheiro de salário é transferido em outra rubrica. Mas, agora vamos usar para dar o reajuste e cobrar os gastos a mais da União", diz Frejat.